

Plano Setorial dos Direitos Humanos do MPPA

2021-2024

Coordenação: CAO dos Direitos Humanos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

César Bechara Nader Mattar Júnior

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.

Coordenadora: Promotora de Justiça Ana Cláudia Bastos de Pinho.

Membro Auxiliar: Promotora de Justiça Bethânia Maria da Costa Corrêa.

Membro Auxiliar: Promotora de Justiça Eliane Cristina Pinto Moreira.

Apoio

Carla Forte Cavalcante (Assessora)

Ana das Graças Sfair Alvares (apoio administrativo)

Tereza Gabriela Chaves Nascimento (estagiária)

Amanda Blanco Chaves (estagiária)

ASSESSORAMENTO TÉCNICO

COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (COGEPE)

Ubiragilda Silva Pimentel (Presidente)

Marly Dantas Nery (Coordenadora)

Adriano Silva de Arruda

Carlos Anderson Corrêa Silva

Darlene Ferreira de Matos Couto

Edwaldo Lopes da Silva

Gabriel Peixoto Oliveira

Marco Antônio Marques da Silva

Maria da Glória Vicente Nascimento Araújo

Rose Anne Campelo do Nascimento

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Ruth Campos

Catálogo na Publicação (CIP)

Ministério Público do Estado do Pará. Departamento de Administração.

Divisão de Biblioteca.

Sizete Medeiros do Nascimento

P221p Pará. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos

Plano Setorial dos Direitos Humanos do MPPA: 2021-2024 / Ministério Público do Estado do Pará. Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos; Coordenação CAO dos Direitos Humanos. – Belém: MPPA, 2021. 43 p. : il.

1. Ministério Público - Pará - Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. 2. Planejamento Estratégico. 3. Atuação. 4. Promotorias de Justiça – Área dos Direitos Humanos. 5. Procuradoria-Geral de Justiça. I. Mattar Júnior, César Bechara - Procurador-Geral de Justiça. II. Pinho, Ana Cláudia Bastos de – Promotora de Justiça – Coordenadora. III. Título.

CDD: 341.413

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	4
1 APRESENTAÇÃO	5
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	7
3 PERFIL DO CAO DH.....	9
3.1. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE COMPÕEM A ÁREA DOS DIREITOS HUMANOS	10
3.2. FORÇA DE TRABALHO.....	11
3.3. ANÁLISE DOS CENÁRIOS.....	12
4 SELEÇÃO DOS DESAFIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NO PLANO SETORIAL DIREITOS HUMANOS	13
5 AÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	14
6 ROL DE PROJETOS E INICIATIVAS	16
7 FICHA DE PROJETOS E INICIATIVAS.....	18
8 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	18
9 PLANO DE COMUNICAÇÃO	18
10 LIÇÕES APRENDIDAS.....	19
11 CONCLUSÃO	19
REFERÊNCIAS	20
ANEXOS.....	21
A. Projetos e iniciativas em execução	22
B. Modelos utilizados no Plano.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAO – Centro de Apoio Operacional

CAO DH – Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos

CGE-MPPA – Comitê Estadual de Governança Estratégica do Ministério Público do Pará

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

COGEPE – Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico

GT – Grupo de Trabalho

MPPA – Ministério Público do Estado do Pará

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PEI – Planejamento Estratégico Institucional

PEN – Planejamento Estratégico Nacional

RAE – Reunião de Análise da Estratégia

RAO – Reunião de Acompanhamento Operacional

RAT – Reunião de Acompanhamento Tático

SIGI – Sistema Integrado de Gestão Interativa

SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (do inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*).

1 APRESENTAÇÃO

O Plano Setorial dos Direitos Humanos foi construído com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas à pauta dos direitos humanos, propostas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará – PEI/MPPA 2021-2029, que por sua vez, está alinhado ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN-MP 2020-2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro – CNMP.

A agenda relativa aos Direitos Humanos, com toda a complexidade que lhe subjaz, toca, diretamente, a missão constitucional do Ministério Público, sua verdadeira razão de existir, traçada, claramente, no art. 127 da CRFB/1988, e que diz com a defesa intransigente do regime democrático e, por conta disso, dos direitos fundamentais (sejam os de índole liberal/individual, sejam os de cariz social). Isso implica dizer que deve o Ministério Público, cada vez mais, assumir seu papel de verdadeira instituição de garantias, buscando tutelar os direitos básicos de todas as pessoas, sobretudo as que são, histórica e socialmente, vulnerabilizadas.

É inquestionável a importância e a transversalidade dessa agenda (Direitos Humanos) na atividade do Ministério Público tanto que possui ações elencadas em objetivos estratégicos do PEI MPPA 2021 – 2029, voltados à atuação finalística da instituição na perspectiva de resultados para a sociedade.

A construção do Plano conduzida pela Coordenadora do CAO DH e assessorada pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico – COGEPE, vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para área técnica-administrativa – SUBPGJ-TA, seguiu a recomendação do Manual de Referência do CNMP, publicado por meio da Portaria CNMP-SG nº 64, de 19 de abril de 2018, que define o processo em seis fases: iniciação, preparação, diagnóstico, planejamento, encerramento e controle.

Com a finalidade de proporcionar resultados mais céleres, a COGEPE idealizou o projeto “Sistema Integrado de Gestão Interativa – SIGI”, ora em desenvolvimento pela equipe técnica do Departamento de Informática do MPPA que tem por objetivo proporcionar o gerenciamento ágil dos projetos organizacionais, tornando a Instituição uma estrutura integrada e organizada, possibilitando agilidade na tomada de decisão, de modo a aprimorar e adequar a gestão de pessoas, de materiais e de recursos orçamentários e financeiros às necessidades da atividade institucional.

O passo seguinte será o monitoramento e a avaliação dos resultados dos projetos e das iniciativas através das reuniões de acompanhamento operacional e tático para avaliar as informações alimentadas no



SIGI, desenvolvido para produzir estatísticas e subsidiar, de forma célere, a tomada de decisão dos gestores com base em dados e fatos.

O objetivo deste documento é, primordialmente, apresentar aos membros e servidores do Ministério Público as diretrizes e metas que possam contribuir para a transformação da realidade social a partir da sedimentação de uma verdadeira cultura em Direitos Humanos, no âmbito do MPPA, por meio de ações unificadas e planejadas, contribuindo, assim, para o alcance da Missão Institucional, preconizada pela Constituição da República de 1988.

Ana Cláudia Bastos de Pinho
Coordenadora do CAO DH

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Comitê de Governança Estratégica - CGE-MPPA, criado pela Portaria nº 082/2018-MP/PGJ, recomendou a realização do Plano Estratégico Institucional do MPPA - PEI/MPPA 2021 – 2029 utilizando o quadro interno de técnicos da Instituição, considerando o *know how* da equipe.

Diante do desafio proposto foi utilizado como ponto norteador o alinhamento ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público Brasileiro - PEN-MP 2020-2029, considerando ser a forma possível para a obtenção de resultados mais ágeis e eficientes, já que utiliza metodologia e técnica testadas nos encontros regionais (no total de 9 encontros) que resultaram no PEN-MP 2020-2029.

O PEI/MPPA 2021 – 2029 foi construído com ampla participação da Administração Superior, de Procuradores de Justiça, de coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, de Promotores de Justiça da capital e do interior, de Diretores de Departamentos, de assessores e servidores que, por meio de 5 (cinco) reuniões, realizaram avaliações, ajustes, fusões, inclusões e supressões de propostas, à formação da nova base estratégica institucional (Missão, Visão, Valores, Objetivos Estratégicos), sendo o resultado apurado através de amplos debates e aprovação pela plenária.



Considerou-se também o propósito de levar em conta o cenário mundial, sendo, por isso incorporada, ainda, a correlação dos quesitos do Plano aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) ao PEI/MPPA 2021-2029, com finalidade precípua de promover a melhoria da atuação integrada dos membros e dos servidores no alcance dos objetivos nos níveis estadual, nacional e mundial.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Com a necessidade de realizar um planejamento mais assertivo e regionalizado, face aos problemas identificados e por estarem intrinsecamente ligados aos objetivos assinalados no Plano Estratégico Institucional, o CAO DH alinha-se ao PEI-MPPA 2021-2029, elaborando seu Plano Setorial com base nas estratégias, ações e desafios propostos neste plano.

Para a construção deste documento foi adotado o Sistema Integrado de Gestão Interativa – SIGI, onde, por meio de 4 (quatro) reuniões entre a equipe que compõe o CAO DH e a COGEPE, foi identificado o perfil da unidade contendo os dados gerais, a sua matriz SWOT (relação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), os desafios contidos no Plano de Gestão Estratégica (Biênio 2021-2022) a ela relacionados, as ações estratégicas do PEI/MPPA 2021-2029 que lhes são afetas, bem como as Ações do PEN-MP 2020-2029 e o consequente impacto no Radar Estratégico do CNMP.

Assim, lançou-se mão da aplicação da Matriz Swot Cruzada, analisando como as forças e fraquezas identificadas pela equipe do CAO na citada análise SWOT estão influenciando a chance de se realizarem as oportunidades ou ameaças apontadas. Desse cruzamento, é possível determinar quais planos de ação serão desenvolvidos para colocar em prática as estratégias afetas a esta unidade e quais devem receber a devida prioridade de execução.

Para fase de execução do plano, a técnica utilizada pela COGEPE foi a aplicação da Matriz 5W2H, que é assim denominada, por simplificar as diretrizes envolvidas em cada fase do plano de ação. O quadro a seguir, apresenta uma breve explicação de cada uma delas, na ordem em que devem ser analisadas:

What?	O que será feito?	Estratégia do PEI/ação do PEN.
Why?	Por que será feito?	Justificativa, motivo
Where?	Onde será feito?	Local
When?	Quando será feito?	Tempo, datas, prazos
Who?	Por quem será feito?	Responsabilidade pela ação
How?	Como será feito?	Método, processo, etapas.
How much?	Quanto custará fazer?	Custo ou gastos envolvidos

Deste mapeamento, utilizando, inicialmente *What?* (o que será feito?) e o *How?* (como será feito?), foi constituído um rol de ações destacado neste Plano Setorial dos Direitos Humanos que pode nortear a atuação das Promotorias e Procuradorias de Justiça que tenham, dentre suas atribuições, agenda relativa aos direitos humanos utilizando as demais perguntas da matriz 5W2H, para elaboração de seus projetos.

3 PERFIL DO CAO DH

O CAO DOS DIREITOS HUMANOS está diretamente vinculado à Procuradoria Geral de Justiça. Foi criado pela Lei Complementar nº 057 de 06/07/2006 e pela Resolução nº 004/2021 – CPJ/MP, possuindo a seguinte atribuição:

Atuar no apoio técnico-jurídico à atuação dos membros nas matérias que envolvem os direitos humanos, através do estímulo à integração e ao intercâmbio entre os órgãos de execução do MPPA. Esse suporte também decorre de ações integradas com órgãos governamentais e organizações não governamentais, que atuam na temática.

São matérias de atuação específica do CAO DH, competindo-lhe, para tanto, a promoção da articulação entre o MPPA e os movimentos sociais: a compilação da legislação, a coordenação, monitoramento e controle de programas e projetos no âmbito de sua atuação: população negra e relações étnico-raciais; pessoas LGBTI; desigualdade de gênero; diversidade cultural e religiosa; pessoas em situação de rua; pessoas em condições análogas à escravidão e tráfico de pessoas; pessoas idosas; pessoas com deficiência; comunidade tradicionais; questões agrárias e fundiárias; deslocamentos compulsórios decorrentes de grandes projetos na Amazônia; atendimento humanitário aos imigrantes e refugiados; e demais direitos humanos que não estejam contemplados nas atribuições de outros CAOs.

O CAO DH também presta orientação jurídica aos Procuradores e Promotores de Justiça, que atuam na matéria de defesa dos direitos humanos e realiza a integração e intercâmbio entre órgãos de execução na citada área.

3.1. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE COMPÕEM A ÁREA DOS DIREITOS HUMANOS

O quantitativo de Promotorias de Justiça afetas à área dos direitos humanos no Estado do Pará é amplo, com 139 (cento e trinta e nove) órgãos de execução.

Este conjunto de Promotorias de Justiça é formado por cargos que possuem atribuições específicas, cargos com atribuições que englobam a área dos direitos humanos e cargos que além desta área, possuem atribuições em outras áreas de atuação.

O quadro abaixo apresenta a distribuição e atribuições dos referidos cargos de promotoria de justiça, indicando ainda as cidades e a entrância a qual pertencem:

Municípios	Entrância	Atribuição	Quantidade
Belém	3ª	Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos	4
Belém	3ª	Defesa das Pessoas com Deficiência e Idosos e Acidentes do Trabalho	3
Belém	3ª	Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher	4
Abaetetuba	2ª	Infância e Juventude, Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos	1
Altamira	2ª	Defesa dos Órfãos, Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos	1
Ananindeua	2ª	Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal do Júri	2
Benevides	2ª	Defesa Comunitária e Cidadania, Infância e Juventude e dos Idosos	1
Castanhal	2ª	Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	1
Marabá	2ª	Direitos Humanos, Órfãos, Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos	1
Santarém	2ª	Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas	1
Alenquer, Barcarena, Bragança, Breves, Cametá, Canaã dos Carajás, Capanema, Conceição do Araguaia, Curuçá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Itaituba, Mãe do Rio, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Miguel do Guamá, Soure, Tailândia, Tucumã, Vigia, Viseu e Xinguara.	2ª	Atribuições concorrentes a outras áreas	47
Acará, Afuá, Almeirim/Monte Dourado, Anajás, Anapú, Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Aveiro, Bagre, Baião, Bonito, Brasil Novo, Breu Branco, Bujaru, Cachoeira do Arari, Capitão Poço, Chaves,	1ª	Atribuições concorrentes a outras áreas	73

Colares, Concórdia do Pará, Curionópolis, Curralinho, Dom Eliseu, Eldorado do Carajás, Faro, Garrafão do Norte, Goianésia do Pará, Gurupá, Inhangapi, Irituia, Ipixuna do Pará, Itupiranga, Jacareacanga, Jacundá, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Medicilândia, Melgaço, Mocajuba, Nova Timboteua, Novo Repartimento, Oeiras do Pará, Ourém, Ourilândia do Norte, Pacajá, Peixe-Boi, Portel, Porto de Moz, Prainha, Primavera, Rurópolis, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Araguaia, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São Francisco do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João de Pirabas, São João do Araguaia, São Sebastião da Boa Vista, Senador José Porfírio, Terra Santa, Ulianópolis e Uruará			
Total			139

Fonte: Departamento de Atividades Judiciais, Portal do MPPA – Institucional – Promotorias de Justiça – Número de Cargos das Promotorias de Justiça (3ª, 2ª e 1ª Entrância).
Compilação: COGEPE.

3.2. FORÇA DE TRABALHO

Para a concretização de suas atividades o CAO DH conta com a seguinte força de trabalho:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO/CARGO
ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO	COORDENADORA	PROMOTORA DE JUSTIÇA
BETHÂNIA MARIA DA COSTA CORRÊA	PJ AUXILIAR	PROMOTORA DE JUSTIÇA
ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA	PJ AUXILIAR	PROMOTORA DE JUSTIÇA
CARLA FORTE CAVALCANTE	ASSESSORIA	BACHAREL EM DIREITO/ ASSESSORA
ANA DAS GRAGAS SFAIR ALAVRES	APOIO ADM.	PROFESSORA EDUCAÇÃO BÁSICA/ AUX.ADM
TEREZA GABRIELA CHAVES NASCIMENTO	ESTAGIÁRIA	BACHARELANDA EM DIREITO
AMANDA BLANCO CHAVES	ESTAGIÁRIA	BACHARELANDA EM DIREITO

3.3. ANÁLISE DOS CENÁRIOS

O planejamento proposto engloba a análise de cenários para tomada de decisões. Para isso, foram observados os 4 (quatro) fatores que compõem a metodologia SWOT: a identificação das forças, fraquezas (ambiente interno), oportunidades e ameaças (ambiente externo). Essa análise foi realizada em duas etapas: Na primeira delas, os integrantes do CAO DH responderam de forma direta quais as forças e fraquezas que eles observavam no ambiente interno e, quais as potenciais oportunidades e ameaças do ambiente externo. O resultado foi o apresentado abaixo:

AMBIENTE INTERNO

FORÇAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Proatividade. • Qualidade dos produtos e serviços. • Mudança legislativa. • Comunicação interna. • Engajamento da equipe. • Definição e distribuição de tarefas na equipe. • Gestão participativa, abertura a novas ideias. • Institucionalização da pauta de Direitos Humanos por meio do CAODH • Acesso à chefia pela equipe. • Capacidade de articulação dos servidores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência dos membros. • Autonomia na tomada de decisão dos servidores. • Liderança motivadora. • Reconhecimento e apoio da Alta Administração • Diálogo com a Alta Administração. • Ambiente de Trabalho. • Capacidade técnica dos servidores.
FRAQUEZAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Representatividade de membros do MP nos conselhos de Direitos Humanos. • Retrabalho referente aos sistemas. • Resistências no MP à pauta de Direitos Humanos. • Insuficiência de funções e cargos para equipe. • Multiplicidade e diversidade de atribuições do CAO. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física e equipamentos da Unidade. • Falta de uma sedimentação de cultura em Direitos Humanos no MP. • Falta de uma atuação mais efetiva na pauta dos Direitos Humanos. • Falta de atribuições específicas em Direitos Humanos nas distribuições dos cargos de promotorias.

AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento e cooperação dos órgãos externos. • Diálogo dos órgãos externos com o MP. • Sensibilidade de setores da sociedade civil e governamental à pauta dos Direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância e interesse político nos temas do CAO. • Mudança legislativa externa. • Mudança de gestores externos. • Surgimento de demandas não previstas. • Conjuntura política desatrelada da pauta dos Direitos Humanos. • Desconfiança de setores da sociedade civil acerca da atuação do MP na pauta dos Direitos Humanos.

Após a identificação das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, os participantes foram provocados a dar notas para os impactos causados pelos encontros das sentenças com base nos seguintes critérios:

NÍVEIS DE IMPACTO DAS VARIÁVEIS	Pensando: Como vou definir um valor para cada nível?
Forte impacto 5	Qual o impacto do ponto fraco para <i>agravar/potencializar</i> uma ameaça ?
Médio impacto 3	Qual o impacto do ponto forte para <i>neutralizar/minimizar</i> uma ameaça ?
Fraco impacto 1	Qual o impacto do ponto fraco no <i>aproveitamento</i> de uma oportunidade ?
Nenhum impacto 0	Qual o impacto do ponto forte para <i>potencializar</i> uma oportunidade ?

Os resultados obtidos foram os apresentados abaixo na Matriz:

		AMBIENTE INTERNO	
		FRAQUEZAS	FORÇAS
AMBIENTE EXTERNO	AMEAÇAS	1) SOBREVIVÊNCIA 244	2) MANUTENÇÃO 732
	OPORTUNIDADES	3) CRESCIMENTO 148	4) DESENVOLVIMENTO 402

De acordo com a metodologia de diagnóstico utilizada, o resultado apresentado mostra que o CAO DH, se encontra no **QUADRANTE 2 – MANUTENÇÃO**, quando ocorre maior pontuação no cruzamento das forças com ameaças, demonstrando que o CAO DH deve observar seus pontos fortes visando a redução das vulnerabilidades. Abaixo, o significado dos quadrantes visando melhor entendimento.

I. Sobrevivência: Ocorre quando prevalece o cruzamento das fraquezas com as ameaças. Nesse caso, a organização deve estabelecer um plano defensivo para evitar que as ameaças externas sejam potencializadas pelos pontos fracos.

II. Manutenção: Ocorre quando prevalece o cruzamento das forças com as ameaças. Nesse caso, a organização deve aproveitar os pontos fortes para identificar modos de diminuir as vulnerabilidades.

III. Crescimento: Ocorre quando prevalece o cruzamento das fraquezas com as oportunidades. Nesse caso, a organização deve procurar neutralizar os pontos fracos de modo a melhor aproveitar as oportunidades.

IV. Desenvolvimento: Ocorre quando prevalece o cruzamento das forças com as oportunidades. Nesse caso, a organização deve melhor gerir suas forças para potencializar as oportunidades e desenvolver suas vantagens competitivas.

4 SELEÇÃO DOS DESAFIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NO PLANO SETORIAL DIREITOS HUMANOS

A Procuradoria-Geral de Justiça, após ouvir membros, servidores e a sociedade, priorizou 4 (quatro) eixos de atuação para sua gestão no biênio 2021 – 2022: Atuação funcional e qualidade da carreira, Estrutura física e operacional, Gestão Estratégica e Segurança institucional. Esses eixos desdobram-se em 48 desafios, sendo que destes, a equipe técnica do CAO DOS DIREITOS HUMANOS identificou 4 (quatro),

como sendo ligados as suas atividades e, por conseguinte, serão considerados nas iniciativas e projetos deste plano. São eles:

-
- I. Estimular a atuação preventiva, resolutiva e pedagógica do Ministério Público, atualizando, estimulando e fortalecendo programas e projetos que articulem soluções e a autocomposição de conflitos, inclusive os de natureza coletiva agrária e ambiental, prestigiando o NUPEIA (Núcleo Permanente de Incentivo a Autocomposição), o NAF (Núcleo de Questões Agrárias Fundiárias) e o projeto de implantação das Câmaras Estaduais de Tratamento de Conflitos, em compromisso constitucional e social com a cidadania **(08)**;

 - II. Viabilizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do MPPA, o provimento dos cargos criados de Promotor de Justiça nas Promotorias de Justiça Agrárias e a instalação das Câmaras de Conflitos Agrários, com o respectivo quadro técnico, em atenção aos objetivos do PEAf 2020/2023 **(10)**;

 - III. Fortalecer a política e a estrutura institucionais voltadas à defesa e proteção de grupos vulneráveis, promovendo a inserção social e a busca incessante pela igualdade e a garantia da não discriminação, em prol da dignidade da pessoa **(11)**;

 - IV. Fomentar a participação feminina em todos os níveis da administração, valorizando a igualdade de oportunidades e paridade de tratamento entre os gêneros, em consonância com a pauta propositiva estadual e nacional do Ministério Público **(12)**;
-

5 AÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

As ações, projetos e iniciativas, apontadas pelo CAO DH foram definidas de acordo com os resultados da Matriz SWOT, das análises dos dados gerais, dos desafios da PGJ constantes no Plano de Gestão Estratégica para o biênio 2021-2022, das estratégias e ações dos objetivos do PEI/MPPA 2021-2029, indicadores do Radar Estratégico do CNMP, objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, relacionados às atribuições da área dos direitos humanos.

Após a definição das ações a equipe foi incentivada a dizer como pretendia atuar para o alcance dos resultados, compatibilizando essa atuação, com as necessidades internas do setor, propondo uma lista destas ações sem deixar de destacar qual seu relacionamento com a premissa que lhe deu origem. A partir deste portfólio de ações, o CAO DH e os órgãos de execução que têm a mesma matéria de atuação, poderão definir seus projetos e iniciativas, estabelecendo responsáveis e o período de execução destas, dentre outros elementos.

A relação de ações resultante do processo acima citado está descrita no quadro abaixo:

AÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

O quê?	Fonte	Como?
Fomento ao atendimento, humanizado e com qualidade, à vítima pelo MPPA e pelo Sistema de Sistema de Justiça e Defesa Social do Estado.	Ação estratégica PEI	Sedimentando a cultura dos Direitos Humanos dentro do MPPA.
Instalação das Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários nas regiões agrárias.	Ação estratégica PEI	Acompanhando a instalação e implementação das CTCAFs.
Integração dos dados fundiários do Estado do Pará, com realização de fóruns regionais e estadual, elaboração de mapa dos conflitos agrários e levantamento situacional de políticas públicas.	Ação estratégica PEI	Acompanhando e avaliando resultados.
Atuação para o governo do estado instituir modelo de identificação das áreas de Comunidades Quilombolas.	Ação estratégica PEI	Acompanhando o cumprimento da Instrução Normativa ITERPA nº 03 de 09/06/2010.
Realização de estudo para a definição de procedimentos que garantam a defesa dos direitos humanos nos casos de tortura com observância das regras estabelecidas na legislação e pelo Protocolo de Istambul.	Ação estratégica PEI	Divulgando e incentivando a aplicação do Manual da ONU para investigação e documentação eficazes da tortura e outras penas e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (Protocolo de Istambul).
Adoção de mecanismos de atuação interinstitucional quanto ao empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica;	Ação estratégica PEI	Realizando ações dentro das atribuições do Núcleo de Proteção à Mulher.
Definição de procedimentos para o MPPA obter melhores resultados no controle da execução do Programa Estadual de Defensores de Direitos Humanos, e o desempenho das Delegacias de Conflitos Agrários, assim como, os processos judiciais ou extrajudiciais referentes a trabalhadores rurais e/ou populações tradicionais ameaçados em razão de conflitos coletivos pela posse da terra.	Ação estratégica PEI	Apoiando as ações do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias.
Elaboração dos planos diretores dos Centros de Apoio Operacional, Ouvidoria, CEAF e das unidades administrativas.	Ação estratégica PEI	Elaborando, acompanhando e avaliando o Plano Setorial do CAODH.
Estímulo a ações que favoreçam a participação de crianças e adolescentes no contraturno escolar, afastando-os do trabalho infantil;	Ação estratégica PEI	- Realizando webinar. - Articulando com o MPT, com o Poder Público e com a Sociedade civil, objetivando obter o contraturno escolar e neste a introdução de cursos, atividades esportivas, culturais e reforço escolar às crianças e adolescentes.
Identificação das atribuições das Promotorias e Procuradorias em DH.	Ação CAO DH	Propondo à Adm. Superior orientações, interpretações ou alterações normativas.
Orientar comportamento não discriminatório dentro do MP.	Ação CAO DH	Compondo manual de comunicação
Capacitação de membros, servidores, estagiários e terceirizados.	Ação CAO DH	Executando Projeto Expresso DH

Acompanhar de forma sistemática os dados sobre ameaças a defensores de direitos humanos e elaborar material informativo interno.	Ação CAO DH	Criando metodologia de acompanhamento e sugestão de ações.
Acompanhar as ações do MP junto ao Provita, PDDH e demais programas de proteção.	Ação CAO DH	Criando rotina de acompanhamento das ações dos programas de proteção.
Litígio estratégico em DH.	Ação CAO DH	Atuando efetivamente em Litígio Estratégico em Direitos Humanos.
Internalização dos estándares de DH vinculados a casos ocorridos no Pará (Ubá, Brasil Verde, etc...)	Ação CAO DH	Estudando os estándares firmados e desenvolvimento de material instrutivo sobre como aplicá-los
Abertura da agenda para temas com baixa adesão institucional.	Ação CAO DH	Estabelecendo linhas de atuação prioritária para cada item a partir do diálogo interno e externo.
Incentivar à consolidação de temas com adesão institucional já consolidada, seja por órgãos de execução, por GTs.	Ação CAO DH	Promovendo o alinhamento e o acompanhamento dos Planos dos Núcleos ou GTs com a atuação do CAODH.

6 ROL DE PROJETOS E INICIATIVAS

Após a fase de diagnóstico através da Matriz SWOT e da definição de como serão executadas as ações com a aplicação da Matriz 5W2H, inicia-se a fase da elaboração dos projetos propriamente dita, com uso dos demais recursos desta última matriz, resultando num rol de projetos. O formulário com os projetos prioritários apontados pelo CAO DH, na área dos direitos humanos e que serão realizados no período de vigência do plano, será alimentado no sistema com as informações constantes no modelo de formulário Rol de Projetos presente no anexo deste plano.

Por implicar no desdobramento das ações no nível de entregas, há necessidade de preenchimento do formulário de detalhamento do projeto, devendo conter os elementos descritos na ficha de projetos. Caso a ação não seja trabalhada a nível de projeto, sendo suficiente a tomada de iniciativas para o seu entendimento, o formulário da ficha de iniciativas é o que deve ser adotado. Ambos os formulários (Ficha de Projeto e de Iniciativa) estão também no anexo deste plano.

No quadro a seguir, são identificados o Rol de Projetos e Iniciativas apontadas pelo CAO DH

Rol de Projetos e Iniciativas					
Projeto/ Iniciativa	Nome <i>(Qual o nome do projeto/ iniciativa?)</i>	Ação Estratégica <i>(Este projeto/iniciativa está relacionado a qual ação estratégica?)</i>	Responsável: <i>(Quem responde pelo projeto/ iniciativa?)</i>	Matéria <i>(Qual matéria está relacionada o projeto/ iniciativa?)</i>	Status <i>(Qual o status do projeto/ iniciativa?)</i>
Projeto	Gestão de Conflitos Territoriais Rurais.	Instalação das Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários nas regiões agrárias;	CAODH	Todos	Iniciado

Projeto	Expresso DH	Integração dos dados fundiários do Estado do Pará, com realização de fóruns regionais e estadual, elaboração de mapa dos conflitos agrários e levantamento situacional de políticas públicas; Realização de estudo para a definição de procedimentos que garantam a defesa dos direitos humanos nos casos de tortura com observância das regras estabelecidas na legislação e pelo Protocolo de Istambul; Definição de procedimentos para o MPPA obter melhores resultados no controle da execução do Programa Estadual de Defensores de Direitos Humanos, e o desempenho das Delegacias de Conflitos Agrários, assim como, os processos judiciais ou extrajudiciais referentes a trabalhadores rurais e/ou populações tradicionais ameaçados em razão de conflitos coletivos pela posse da terra; Orientar comportamento não discriminatório dentro do MP; Capacitação de membros, servidores, estagiários e terceirizados; Acompanhar de forma sistemática os dados sobre ameaças a defensores de direitos humanos e elaborar material informativo interno; Internalização dos padrões de DH vinculados a casos ocorridos no Pará (Ubá, Brasil Verde, etc...)	CAODH / CEAF	Todos	Iniciado
Iniciativa	Sedimentação da cultura dos Direitos Humanos dentro do MPPA.	Fomento ao atendimento, humanizado e com qualidade, à vítima pelo MPPA e pelo Sistema de Sistema de Justiça e Defesa Social do Estado.	CAODH	Todos	Iniciado
Iniciativa	Acompanhamento do cumprimento da Instrução Normativa ITERPA nº 03 de 09/06/2010.	Atuação para o governo do estado instituir modelo de identificação das áreas de Comunidades Quilombolas;	CAODH	Todos	Não iniciada
Iniciativa	Realização de ações dentro das atribuições do Núcleo de Proteção à Mulher	Adoção de mecanismos de atuação interinstitucional quanto ao empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica;	CAODH	Todos	Iniciado
Iniciativa	Elaboração do Plano setorial do CAODH	Elaboração dos planos diretores dos Centros de Apoio Operacional, Ouvidoria, CEAF e das unidades administrativas;	CAODH	Todos	Iniciado
Iniciativa	Proposição à Administração Superior orientações, interpretações ou alterações normativas.	Identificação das atribuições das Promotorias e Procuradorias em DH.	CAODH	Todos	Iniciado
Iniciativa	Criação de rotina de acompanhamento das ações dos programas de proteção.	Acompanhar as ações do MP junto ao Provita, PDDH e demais programas de proteção.	CAODH	Todos	Não iniciada

Iniciativa	Atuação efetiva em Litígio Estratégico em Direitos Humanos.	Litígio estratégico em DH	CAODH	Todos	Não iniciada
Iniciativa	Estabelecimento de linhas de atuação prioritária para cada item a partir do diálogo interno e externo.	Abertura da agenda para temas com baixa adesão institucional	CAODH	Todos	Não iniciada
Iniciativa	Alinhamento e acompanhamento dos Planos dos Núcleos ou GTs com a atuação do CAODH.	Incentivar à consolidação de temas com adesão institucional já existente, seja por órgãos de execução, por GTs.	CAODH	Todos	Iniciado

7 FICHA DE PROJETOS E INICIATIVAS

Os projetos (ações com caráter temporário) e iniciativas (ações com caráter permanente) correspondem ao desdobramento das estratégias indicadas por Procuradores e Promotores de Justiça no Plano Estratégico Institucional PEI- 2021-2029. Nesse sentido, o CAO DH vem desenvolvendo projetos e iniciativas apresentados em fichas específicas, constantes em anexo, correspondendo às respostas aos quesitos que compõem a Matriz 5W2H.

8 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

O objetivo da definição de ações de capacitação é a formação de um banco de eventos, em especial, cursos, direcionados à temática dos direitos humanos, para aprimorar membros e servidores nas competências necessárias, de modo a garantir o alcance dos resultados e das metas estabelecidas no plano setorial do CAO dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, para atender efetivamente às demandas da sociedade.

O CAO DH apontou a necessidade de realização de CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, direcionado para membros e servidores, cujo projeto pedagógico será apresentado durante a execução deste Plano, no modelo, em anexo, padronizado pelo SIGI.

9 PLANO DE COMUNICAÇÃO

A comunicação é uma ferramenta que promove sinergia para alcançar os resultados almejados e, quando bem trabalhada, auxilia na integração entre os colaboradores. O Plano de Comunicação do CAO DH, apresentado abaixo, tem por objetivo informar de forma efetiva os resultados dos projetos e iniciativas programados para a vigência deste Plano Diretor. Para tanto, deve ser estabelecida de forma sistemática como ocorrerá essa comunicação.

Plano de Comunicação do CAO DH				
O que Comunicar?	Público	Canais	Frequência	Responsáveis
Ações do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (Eventos, Fóruns, Oficinas, Palestras, Reuniões Públicas)	Membros e Servidores	Portal web MPPA, Intranet, E-mail institucional	Semanal	CAODH e CEAF
Etapas do Projeto "Gestão de Conflitos Territoriais Rurais"	Membros e Servidores	Portal web MPPA, Intranet, E-mail institucional	Mensal	CAODH
Ações do Expresso DH	Membros e Servidores	Portal web MPPA, Intranet, E-mail institucional	Semanal	CAODH e CEAF

10 LIÇÕES APRENDIDAS

Uma vertente nova, apresentada na área do planejamento estratégico, é a gestão de lições aprendidas, pois é comum que, ao desdobrar o planejamento em projetos e ações, naturalmente ocorram erros e acertos. Assim, não ignorar a gestão de lições aprendidas é tão importante para o sucesso não só do planejamento como um todo, mas das próprias organizações.

Ao adotar a gestão de lições aprendidas a administração pode obter maior resolutividade na tomada de decisões, minimização de riscos, otimização de recursos e a melhoria contínua nos projetos.

Uma das inovações do Plano Setorial dos Direitos Humanos gerido pelo CAO DH é justamente o preenchimento no SIGI do "relatório de lições aprendidas" a cada rodada de avaliação do andamento dos projetos e iniciativas, conforme modelo presente no anexo deste plano.

11 CONCLUSÃO

Este documento consiste em iniciativa pioneira, não apenas por apresentar o perfil e atribuições do CAO DH que deverá sofrer mudanças ao longo do período do plano, mas, principalmente, por planejar taticamente, a atuação ministerial voltada para o atendimento das demandas da sociedade na área dos direitos humanos de forma a contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional do MPPA.

A disposição das informações neste documento mostra que os projetos e iniciativas priorizados foram gerados a partir de um trabalho técnico e alinhado ao Plano Estratégico Nacional coordenado pelo CNMP, as ODS e aos Desafios Institucionais.

Por fim, cabe mencionar que o plano terá efetividade com o engajamento dos membros, servidores e estagiários que atuam na área dos direitos humanos em todo o estado do Pará, tendo em vista que as ações estratégicas selecionadas pelo CAO DH devem ser consideradas pelos membros dos Órgãos de Execução, da capital e do interior, quando da construção de seus Planos de curto prazo, no âmbito operacional, resultando numa atuação coordenada, integrada direcionada ao cumprimento dos objetivos institucionais e, conseqüentemente, com maior impacto para a população.

REFERÊNCIAS

PARÁ. Ministério Público. **Lei orgânica do Ministério Público do Estado do Pará**: Lei complementar nº 057, de 06 de julho de 2006: atualizada até a Lei Complementar nº 127 de 13/01/2020. Organizador: Rodier Barata Ataíde, Organizador: Erick Luiz de Nunes Valente. 2. ed. Belém: MPPA; CEAF, 2021. 161 p. (Coleção Cidadania).

PARÁ. Ministério Público. Portaria nº 82/2018- MP/PGJ. Cria o Comitê de Governança Estratégica do Ministério Público do Estado do Pará-CGE. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.33540, p.63. 18 jan. 2018.

PARÁ. Ministério Público. Resolução nº 004/2021–CPJ, de 5 de agosto de 2021. Reestrutura os Centros de Apoio Operacional (CAOs) e seus Núcleos, e dá outras providências. Republicado por incorreção. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.34688, p.103-106. 02 set. 2021.

PARÁ. Ministério Público. Resolução nº 011/2021-CPJ, de 4 de novembro de 2021. Aprova o Plano Estratégico Institucional (PEI) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) do período de 2021/2029. Publicado no **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, nº 34775, p.125. 25 nov.2021.



ANEXOS

A. Projetos e iniciativas em execução

FICHA DE PROJETO DO CAODH

Projeto 1: (Qual o nome do projeto?)	Expresso DH			ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes
Ação (ões)/PEI (Qual ação este projeto está relacionado?)	<p>4. Integração dos dados fundiários do Estado do Pará, com realização de fóruns regionais e estadual, elaboração de mapa dos conflitos agrários e levantamento situacional de políticas públicas;</p> <p>6. Realização de estudo para a definição de procedimentos que garantam a defesa dos direitos humanos nos casos de tortura com observância das regras estabelecidas na legislação e pelo Protocolo de Istambul;</p> <p>8. Definição de procedimentos para o MPPA obter melhores resultados no controle da execução do Programa Estadual de Defensores de Direitos Humanos, e o desempenho das Delegacias de Conflitos Agrários, assim como, os processos judiciais ou extrajudiciais referentes a trabalhadores rurais e/ou populações tradicionais ameaçados em razão de conflitos coletivos pela posse da terra;</p> <p>11. Orientar comportamento não discrimatório dentro do MP;</p> <p>12. Capacitação de membros, servidores, estagiários e terceirizados;</p> <p>13. Acompanhar de forma sistemática os dados sobre ameaças a defensores de direitos humanos e elaborar material informativo interno;</p> <p>16. Internalização dos padrões de DH vinculados a casos ocorridos no Pará (Ubá, Brasil Verde, etc...)</p>				
Radar Estratégico: (Qual indicador este projeto visa contribuir?)					
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)	Aprofundar a temática dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de responder a uma demanda constitucional.				
Matéria de Atuação: (Qual matéria de patrimônio público está relacionada o projeto?)	Todos	Data de Início: (Quando este projeto deve iniciar?)	13/09/2021	Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)	13/03/2023
Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)	Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)		Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)		
Eventuais resistências internas e externas a pauta de Direitos Humanos	Sensibilização dos parceiros internos e externos.		Dar maior efetividade a execução do projeto		
Metas (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)					
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)
Nº de eventos realizados para elaboração de mapa dos conflitos agrários e levantamento situacional de políticas públicas.	0	1	1	1	3 EVENTOS REALIZADOS (01 POR SEMESTRE)
Realização de 01 estudo para a definição de procedimentos que garantam a defesa dos direitos humanos nos casos de tortura com observância das regras estabelecidas na legislação e pelo Protocolo de Istambul	0	0	0	1	1 ESTUDO REALIZADO ATRAVÉS DO OBSERVATÓRIO
Nº de eventos realizados com a temática da Cultura de Direitos Humanos	5	12	12	12	36 EVENTOS REALIZADOS
Produto (Qual a entrega final deste projeto?)	Uma Política de consolidação dos Direitos Humanos dentro do MPPA em nível avançado			Responsável (Quem responde por esta entrega?)	CAODH / CEAF

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Peso (Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Elaboração do projeto	CEAF e CAODH	-	01/08/2021	13/09/2023	20%	Concluída
2	Criação do banco de dados	Equipe II	-	01/07/2022	13/03/2023	10%	Não iniciada
3	Estabelecimento de conexões entre o CAO DH e entidades governamentais e não governamentais que atuam no Estado do Pará em Direitos Humanos	Equipe III	-	13/09/2021	13/03/2023	10%	Iniciada
4	Realização de eventos voltado para os Diretos Humanos para membros e servidores do MP	Equipe VI	R\$ 30.000,00	13/09/2021	13/03/2023	10%	Iniciada
5	Realização de um curso em nível de especialização em direitos Humanos para o aperfeiçoamento de membros e servidores do MPPA.	Equipe V	R\$ 400.000,00	01/03/2022	13/03/2023	10%	Não iniciada
6	Implementar uma rotina de ampla divulgação (interna e externa) das pautas do MPPA em Direitos Humanos	CAODH	-	13/09/2021	13/03/2023	6%	Iniciada
7	Criação do Observatório dos Direitos Humanos do MPPA, com página virtual com acesso online	CAODH e CEAF	-	01/07/2022	13/03/2023	10%	Não iniciada
8	Identificação das atribuições das Promotorias e Procuradorias em Direitos Humanos	CAODH	-	01/03/2022	01/06/2021	4%	Não iniciada
9	Orientar o comportamento não discriminatório dentro do MP	CAODH	-	13/09/2021	13/03/2023	10%	Iniciada
10	Capacitação de membros, servidores, estagiários e terceirizados	CAODH e CEAF	-	13/09/2021	13/03/2023	10%	Iniciada
Total Orçamentário			R\$ 430.000,00	Conclusão do projeto:		29%	

Relatório de execução das tarefas (Campo a ser analisado pelo Órgão de Gestão do MPPA durante a etapa de acompanhamento/ avaliação)			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE PROJETO DO CAODH

Projeto 2: <i>(Qual o nome do projeto?)</i>	Gestão de Conflitos Territoriais Rurais	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	10. Redução das desigualdades
Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação este projeto está relacionado?)</i>	2. Instalação das Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários nas regiões agrárias;		
Radar Estratégico <i>(Qual indicador este projeto visa contribuir?)</i>			
Objetivo do Projeto: <i>(Qual o objetivo finalístico desse projeto?)</i>	Modernizar a gestão fundiária, agrária e ambiental, na 1ª e 2ª Regiões Agrárias do Estado do Pará, que tem sede em Castanhal e Santarém, respectivamente, por meio da expansão do Sistema de Informações Geográficas e Fundiárias - SIG-F e da criação e implantação de Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários (CTCAF) nas Promotorias de Justiça com atribuição nas referidas Regiões Agrárias.		
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria de patrimônio público está relacionada o projeto?)</i>	Todos	Data de Início: <i>(Quando este projeto deve terminar?)</i>	31/12/2023
		01/01/2022	Prazo final: <i>(Quando este projeto deve terminar?)</i>

Riscos do Projeto: <i>(Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)</i>	Ações de Mitigação: <i>(Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)</i>	Resultado: <i>(Qual o resultado das medidas adotadas?)</i>
Atraso no cronograma de execução do projeto	Reuniões de encaminhamentos das etapas do projeto para minimizar o risco de atraso do cronograma.	

Metas Projeto <i>(Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)</i>					
--	--	--	--	--	--

Indicadores: <i>(Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)</i>	Resultado atual <i>(Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)</i>	Período 1 <i>(Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)</i>	Período 2 <i>(Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)</i>	Período 3 <i>(Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)</i>	Meta da Gestão <i>(Caso exista, qual a meta final do projeto?)</i>
02 CTCAFs Instaladas nos municípios de Santarém e Castanhal	0	2			02 CTCAFs Instaladas
Expansão do SIG-F com os dados digitalizados do Município de Santarém	41.012	9.000			50.000 DIGITALIZAÇÕES
Expansão do SIG-F com os cadastrados do Município de Santarém	23.211	4.129			25.000 CADASTROS

Produto <i>(Qual a entrega final deste projeto?)</i>		02 CÂMARAS DE TRATAMENTO DE CONFLITOS INSTALADAS E EXPANSÃO DO SIG-F			Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>		CAODH
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Estimativa Orçamentária <i>(Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta tarefa deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Elaboração do novo Plano de Trabalho	CAODH	-	01/08/2021	15/12/2021	40%	Iniciada
2	Realização do Chamamento Público	CAODH	-	01/01/2022	01/04/2022	40%	Não iniciada
3	Execução do Projeto	CAODH	R\$ 1.200.000,00	01/05/2022	31/12/2023	20%	Não iniciada
Total Orçamentário			1.200.000,00	Conclusão do projeto:			8%

Relatórios de execução das tarefas (Campo a ser analisado pelo Órgão de Gestão do MPPA durante a etapa de acompanhamento/ avaliação)			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAODH

Iniciativa 1: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>	Sedimentação da cultura dos Direitos Humanos dentro do MPPA	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	10. Redução das desigualdades
---	---	---	-------------------------------

Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>	1.Fomento ao atendimento, humanizado e com qualidade, à vítima pelo MPPA e pelo Sistema de Sistema de Justiça e Defesa Social do Estado.				
Radare Estratégico: <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>	Sedimentar a Cultura dos Direitos Humanos no MPPA				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria está relacionada à iniciativa?)</i>	Todos	Data de Início: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	01/06/2021	Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	31/03/2023

Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>	Avanço e aprimoramento das práticas em DDHH no MPPA	Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	CAODH
---	---	--	-------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Aproximação com movimentos sociais, por meio de reuniões públicas	CAODH	01/06/2021	31/03/2023	30%	Iniciada
2	Realização de eventos com a temática dos DDHH	CAODH E CEAF	01/06/2021	31/03/2023	30%	Iniciada
3	Reuniões com órgãos governamentais e não governamentais que atuam com as pautas relativas aos DDHH	CAODH	01/06/2021	31/03/2023	40%	Iniciada
Conclusão da iniciativa:						20%

Relatório de execução das tarefas (Campo a ser analisado pelo Órgão de Gestão do MPPA durante a etapa de acompanhamento/avaliação)			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAODH

Iniciativa 2: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>	Acompanhamento do cumprimento da Instrução Normativa ITERPA nº 03 de 09/06/2010.	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	10. Redução das desigualdades
---	--	---	-------------------------------

Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>	5. Atuação para o governo do estado instituir modelo de identificação das áreas de Comunidades Quilombolas.				
Radar Estratégico: <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>	Instituir modelo de identificação das áreas de Comunidades Quilombolas				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria está relacionada à iniciativa?)</i>	Todos	Data de Início: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	01/01/2022	Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	31/03/2023

Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>	Modelo instituído	Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	CAODH
---	-------------------	--	-------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Reuniões de acompanhamento com os entes envolvidos.	CAODH	01/01/2022	31/03/2023	100%	Não iniciada
Conclusão da iniciativa:						

Relatório de execução das tarefas (Campo a ser analisado pelo Órgão de Gestão do MPPA durante a etapa de acompanhamento/avaliação)			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAODH

Iniciativa 3: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>	Realização de ações dentro das atribuições do Núcleo de Proteção à Mulher	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	10. Redução das desigualdades
---	---	---	-------------------------------

Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>	7. Adoção de mecanismos de atuação interinstitucional quanto ao empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica.				
Radare Estratégico: <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>	Realizar ações voltadas ao empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria está relacionada à iniciativa?)</i>	Todos	Data de Início: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	01/06/2021	Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	31/03/2023

Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>	Enfrentamento à violência de gênero	Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	CAODH
---	-------------------------------------	--	-------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Reuniões com os parceiros que atuam na área do combate à violência contra a mulher, com o fim de obter soluções consensuadas	CAODH	01/06/2021	31/03/2023	50%	Iniciada
2	Aprimoramento e capacitação, no âmbito do MPPA, acerca da temática relativa às questões de gênero e violência doméstica.	CAODH E CEAF	01/06/2021	31/03/2023	50%	Iniciada
Conclusão da iniciativa:						20%

Relatório de execução das tarefas (Campo a ser analisado pelo Órgão de Gestão do MPPA durante a etapa de acompanhamento/avaliação)			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAODH

Iniciativa 4: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>	Elaboração do Plano setorial do CAODH.	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	17. Parcerias e meios de implementação
---	--	---	--

Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>	9. Elaboração dos planos diretores dos Centros de Apoio Operacional, Ouvidoria, CEAF e das unidades administrativas;				
RadarLayout Estratégico: <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>	Elaborar o Plano Setorial do CAODH				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria está relacionada à iniciativa?)</i>	Todos	Data de Início: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	27/09/2021	Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	31/03/2023

Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>	Plano Setorial do CAODH elaborado	Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	CAODH
---	-----------------------------------	--	-------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Reuniões de elaboração do Plano Setorial do CAODH junto a COGEPE.	CAODH E COGEPE	27/09/2021	30/11/2021	40%	Iniciada
2	Plano Setorial do CAODH finalizado	CAODH E COGEPE	30/11/2021	30/11/2021	40%	Iniciada
3	Divulgação do Plano Setorial do CAODH	CAODH	01/12/2021	31/03/2023	20%	Iniciada
Conclusão da iniciativa:						20%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAOIJ

Iniciativa 5: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>	Proposição à Administração Superior orientações, interpretações ou alterações normativas.	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	10. Redução das desigualdades
---	---	---	-------------------------------

Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>	10. Identificação das atribuições das Promotorias e Procuradorias em DH.				
RadarLayout Estratégico: <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>	Apresentar uma solução que otimize os serviços das Promotorias que atuam na pauta dos Direitos Humanos.				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria está relacionada à iniciativa?)</i>	Todos	Data de Início: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	01/11/2021	Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	30/03/2023

Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>	Promotorias mais capacitadas para atuar na pauta dos Direitos Humanos.	Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	CAODH
---	--	--	-------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Fazer um diagnóstico preciso de quais (e quantas) Promotorias e Procuradorias de Justiça atuam com os temas relativos à pauta de DDHH, que cabem ao CAODH	CAODH	01/11/2021	30/01/2022	40%	Iniciada
2	Reuniões com os Promotores que atuam na temática dos Direitos Humanos para saber suas demandas e dificuldades.	CAODH	01/02/2021	30/03/2023	40%	Não iniciada
3	Propor, se for o caso, sugestões para alterações normativas internas, no sentido de melhor capacitar os órgãos de execução do MPPA para a defesa dos DDHH	CAODH	01/04/2022	30/03/2023	20%	Não iniciada
Conclusão da iniciativa:						8%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAODH

Iniciativa 6: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>	Criação de rotina de acompanhamento das ações dos programas de proteção	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	10. Redução das desigualdades
---	---	---	-------------------------------

Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>	14. Acompanhar as ações do MP junto ao Provita, PDDH e demais programas de proteção.				
Radar Estratégico: <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>	Acompanhar as ações dos programas de proteção.				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria está relacionada à iniciativa?)</i>	Todos	Data de Início: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	01/01/2022	Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	31/03/2023

Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>	Programas de proteção acompanhados pelo MP.	Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	CAODH
---	---	--	-------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Reuniões de acompanhamento com os entes envolvidos.	CAODH	01/01/2022	31/03/2023	100%	Não iniciada
Conclusão da iniciativa:						

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAODH

Iniciativa 7: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>	Atuação efetiva em Litígio Estratégico em Direitos Humanos.	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	10. Redução das desigualdades
---	---	---	-------------------------------

Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>	15. Litígio estratégico em DH				
Radare Estratégico: <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>	Coordenar junto com os promotores de justiça ações estratégicas para o enfrentamento das violações a Direitos Humanos.				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria está relacionada à iniciativa?)</i>	Todos	Data de Início: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	01/03/2022	Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	31/03/2023

Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>	Ações coordenadas estrategicamente na defesa dos Direitos Humanos	Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	CAODH
---	---	--	-------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Reuniões com os promotores com atribuição em Direitos Humanos para discutir estratégias de enfrentamento.	CAODH	01/03/2022	31/03/2023	50%	Não iniciada
2	Articulação com os órgãos governamentais e não governamentais que atuam nos Direitos Humanos.	CAODH	01/03/2022	31/03/2023	50%	Não iniciada
Conclusão da iniciativa:						

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAODH

Iniciativa 8: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>	Estabelecimento de linhas de atuação prioritária para cada item a partir do diálogo interno e externo.	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	10. Redução das desigualdades
---	--	---	-------------------------------

Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>	17. Abertura da agenda para temas com baixa adesão institucional.				
Radar Estratégico: <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>	Sedimentar a importância de pautas em Direitos humanos ainda não trabalhadas institucionalmente.				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria está relacionada à iniciativa?)</i>	Todos	Data de Início: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	01/03/2022	Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	31/03/2023

Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>	Agenda concreta de atuação nas pautas ainda não trabalhadas pelo MPPA	Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	CAODH
---	---	--	-------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Realização de reuniões com membros do MPPA, que atuem nas pautas de DDHH, para sensibilizar acerca da importância do enfrentamento dos problemas que envolvem a matéria.	CAODH	01/03/2022	31/03/2023	50%	Não iniciada
2	Articulação com os órgãos governamentais e não governamentais que atuam nos Direitos Humanos.	CAODH	01/03/2022	31/03/2023	50%	Não iniciada
Conclusão da iniciativa:						

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAODH

Iniciativa 9: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>	INCENTIVO À IMPLEMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DA APRENDIZAGEM	ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	17. Parcerias e meios de implementação
---	---	---	--

Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>					
Radarm Estratégico: <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>	Fiscalização e sensibilização do empresariado sobre os benefícios da inserção profissional de adolescentes;				
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>	Garantir o percentual legal definido em lei para jovens aprendizes				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria está relacionada à iniciativa?)</i>	Protetiva	Data de Início: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	01/08/2021	Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	31/12/2024

Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>	Criação de vagas de aprendizagem	Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	CAODH e Promotorias da Infância e Juventude
---	----------------------------------	--	---

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Peso <i>(Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1	Reuniões com Núcleos e Gts para alinhamento de atuação.	CAODH	01/06/2021	31/03/2023	50%	Iniciada
2	Acompanhamento dos Planos dos Núcleos e GTs.	CAODH	01/06/2021	31/03/2023	50%	Iniciada
Conclusão da iniciativa:						20%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	

FICHA DE PROJETO - SIGI

Projeto 1: <i>(Qual o nome do projeto?)</i>				ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>		
Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação este projeto está relacionada?)</i>						
Radar Estratégico <i>(Qual indicador este projeto visa contribuir?)</i>						
Objetivo do Projeto: <i>(Qual o objetivo finalístico desse projeto?)</i>						
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria de atuação está relacionada o projeto?)</i>			Data de Início: <i>(Quando este projeto deve iniciar?)</i>			Prazo final: <i>(Quando este projeto deve terminar?)</i>
Riscos do Projeto: <i>(Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)</i>	Ações de Mitigação: <i>(Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)</i>		Resultado: <i>(Qual o resultado das medidas adotadas?)</i>			
Metas Projeto <i>(Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)</i>						
Indicadores: <i>(Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)</i>	Resultado atual <i>(Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)</i>	Período 1 <i>(Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)</i>	Período 2 <i>(Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)</i>	Período 3 <i>(Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)</i>	Meta da Gestão <i>(Caso exista, qual a meta final do projeto?)</i>	
Produto <i>(Qual a entrega final deste projeto?)</i>				Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>		
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Estimativa Orçamentária <i>(Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta tarefa deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1						
2						
3						
4						
			Total Orçamentário	R\$	-	Conclusão físico financeiro do projeto:
Relatórios de execução das tarefas						
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer			
						
						
						

FICHA DE INICIATIVA - SIGI

Iniciativa 1: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>		ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>			
Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta iniciativa está relacionada?)</i>					
Radar Estratégico <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>					
Matéria de atuação: <i>(Qual matéria está relacionado a iniciativa?)</i>		<i>(Quando esta iniciativa deve iniciar?)</i>		Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	
Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>		Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>			
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1					
2					
3					
4					
5					
			Conclusão da iniciativa:		
Relatórios de execução das tarefas					
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer		
					
					
					
					
					

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Eventos Educativos

Evento 1:

Descrição do Evento:			
Nº de Turmas:	Nº Participantes (por turma):		
Carga Horária (por turma)	Carga Horária (total)		
Público Alvo:			
Ementa:			
Conteúdo:			
Local:			
Horário:			
Material Utilizado:			
Perfil do Profissional:			

Plano de Comunicação

O que Comunicar?

 Público



Canais

 Frequência

 Responsáveis

LIÇÕES APRENDIDAS

Nº	Projeto/ Iniciativa	Lição aprendida	Sugestões para projetos seguintes
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Rua João Diogo, 100 - Cidade Velha - Belém-Pa
CEP:66015-165 - (91) 4006-3400
www.mppa.mp.br